

## **Aliança para um mundo responsável, plural e solidário**

Apresentação de uma proposta para uma

### **Carta das Responsabilidades humanas**

**Desafio, conteúdo, e modo de elaboração  
da Carta das Responsabilidades humanas**

#### **De onde vem a idéia de uma Carta**

"A terra é nossa única e insubstituível pátria. A humanidade, em toda sua diversidade, pertence ao mundo vivo e participa de sua evolução. Seus destinos são inseparáveis".

Com essas palavras, iniciava-se a primeira proposta de Carta submetida aos diferentes grupos de trabalho da Aliança para um Mundo responsável, plural e solidário, em 1999. Foi um momento essencial da história da Carta da Aliança, um processo de diálogo variado e intenso entre todos aqueles que compartilhavam as mesmas preocupações diante das crises que enfrenta a humanidade, e que quiseram assim unir-se para responder aos desafios de nossa época.

As discussões giraram em torno da necessidade de uma Carta, sua legitimidade, sua natureza, seu processo de aprovação, a maneira de colocá-la em prática no âmbito de uma sociedade civil e a nível das instituições internacionais.

Ao longo desse processo, o projeto de 1999 revelou-se um « pre-texto » nos dois sentidos da palavra : ele suscitou um intenso diálogo intercultural e interdisciplinar e recebeu várias propostas de emendas.

## **Por que uma nova Carta ?**

Em 1993, a Aliança nasceu da publicação de um texto fundador : a "Plataforma para um Mundo responsável e solidário". Tratava-se de um convite à união afim de ultrapassar o sentimento de impotência frente às principais crises de nosso mundo atual : o abismo entre o Sul e o Norte, entre os pobres e os ricos, entre os homens e as mulheres, entre a natureza e a humanidade. A Plataforma teve um papel essencial na mobilização de pessoas de todos os continentes, compartilhando suas experiências e suas idéias na maioria dos setores da atividade humana e para elaborar propostas que permitam a todos os seres humanos uma vida digna, assim como a preservação do planeta.

No decorrer dessa primeira etapa, os participantes chegaram à conclusão que para enfrentar os grandes desafios do século 21, era necessário e urgente elaborar um novo pacto social entre os seres humanos que assentasse a parceria, com o objetivo de assegurar a sobrevivência da humanidade e do planeta. Este pacto tomaria a forma de uma Carta adotada por cidadãos do mundo inteiro e, mais tarde, por instituições internacionais.

## **Uma “ terceira base”**

Atualmente, a vida internacional descansa sobre duas bases: a Declaração universal dos Direitos humanos, que trata da dignidade dos indivíduos e da defesa de seus direitos, e a Carta das Nações Unidas, que trata da paz e do desenvolvimento. Essas duas bases, dado o contexto em que foram criadas, permitiram um indiscutível progresso no que diz respeito à organização das relações internacionais. Porém, no decorrer dos cinquenta últimos anos, o mundo conheceu mudanças radicais. A humanidade enfrenta hoje novos desafios. Torna-se evidente que essas duas primeiras bases deixaram de ser suficientes para sustentar as mudanças que estão acontecendo e aquelas que virão.

A idéia de uma terceira base, de uma “ Carta da Terra”, que trate principalmente das relações entre a humanidade e a biosfera, surgiu pela primeira vez durante a Conferência mundial de Estocolmo, em 1972. Essa idéia foi retomada durante a preparação do Hearth Council, em 1992, no Rio de Janeiro. Porém a redação da Carta da Terra não pôde ser finalizada pois os

governos não conseguiram entender-se quanto a uma formulação realmente adaptada aos desafios do mundo.

Desde então, um grande número de projetos de Cartas foram elaborados a partir de iniciativas de origens diversas no seio da sociedade civil internacional. Este florescer de iniciativas revela que muitos estão convencidos que a elaboração desta “terceira base” é mais urgente do que nunca<sup>1</sup>. A redação coletiva desta Carta tornou-se um dos objetivos da Aliança.

### **O processo de redação**

O processo de elaboração de uma Carta era iterativo, pois devia satisfazer dois objetivos : unidade e diversidade. Era portanto necessário elaborar bases comuns para a ação, sem deixar de respeitar a diversidade cultural, linguística, econômica, política e geográfica. Adotou-se um procedimento de « ida e volta » para construir progressivamente uma convergência.

De 1995 a 1998, segundo a iniciativa de André Levesque e de sua equipe, workshops foram organizados na África, Ásia, América Latina e Europa. O objetivo desses workshops era pôr em evidência os valores e os princípios comuns a partir da realidade cotidiana tal como era vivida pelas diferentes sociedades. A primeira proposta de Carta (1999) foi o resultado desse trabalho.

De 1999 ao final de 2000, este projeto de Carta foi testado de maneira sistemática, examinando-se como poderiam ser aplicados, de forma específica, os projetos enunciados, nos diferentes setores da atividade humana e nos diferentes contextos culturais.

Ao mesmo tempo, numerosos workshops da Aliança elaboravam propostas capazes de responder aos desafios do século 21, cada um no seu próprio setor de interesse.

---

<sup>1</sup> Algumas iniciativas deste tipo aos quais a Aliança esteve associada:

- a “ Declaração para uma Ética global”, redigida pelo Parlamento das Religiões do Mundo em Chicago em 1994;
- o “ Projeto de Ética Universal”, que está sendo redigido no departamento de Filosofia e Ética da UNESCO ;
- A “ Declaração universal para a responsabilidade humana”, redigida em Viena em 1997 pelo “ Interaction Council Congress ”, assinada por 25 personalidades políticas eminentes;
- a “ Carta da Terra ”, co-redigida pelo Conselho da Terra (Maurice Strong) e pela Cruz Verde Internacional (Mikhail Gorbachev).

Nós trabalhamos para enriquecer nosso próprio projeto com essas iniciativas e continuaremos a fazê-lo, num processo de fertilização cruzada.

As reações ao projeto de Carta de 1999 e o exame dessas propostas levaram a decidir, em 2001, que o projeto seria reformado num texto capaz de incorporar o conjunto dessas reflexões.

O comitê de redação<sup>2</sup> submeteu no outono de 2001, um primeiro projeto a um Comitê de Sábios<sup>3</sup> cujos comentários trouxeram melhorias notáveis ao texto inicial. Essa proposta foi submetida à Assembléia mundial dos Cidadãos, organizada pela Aliança em dezembro de 2001, em Lille (França). Os participantes examinaram sua pertinência em seus diferentes contextos. Os comentários permitiram uma redação adaptada que, após a Assembléia de Lille, foi submetida para debate aos aliados e aliadas. Obteve-se desta forma o texto abaixo, largamente difundido a partir do mês de outubro 2002.

### **A viagem não acaba em Lille**

Após a Assembléia de Lille, a Carta deverá prosseguir seu caminho no âmbito da sociedade civil, assim como alcançar em algum momento —é o que esperamos— as instituições internacionais. A Aliança continuará a testar a pertinência do texto em relação aos diferentes contextos culturais e aos diferentes meios socioprofissionais.

### **A Carta : um núcleo comum às diversas propostas levantadas pela Aliança**

A Carta das responsabilidades humanas não basta a si mesmo. Ela apenas ilumina a essência daquilo que é comum às propostas elaboradas por diferentes grupos de trabalho da Aliança : o convite para que se tome consciência da necessidade imperiosa de se assumir novas responsabilidades, tanto ao nível individual quanto ao nível coletivo.

Os princípios que a dirigem apresentam-se como o núcleo comun suscetível de ser transposto e concretizado nos diversos setores da atividade humana e nas diversas línguas, numa forma adequada a cada cultura. Para utilizar uma metáfora : este núcleo comum também pode ser visto como as raízes de uma árvore, como a figueira-de-Bengala, da qual nasce um grande

---

<sup>2</sup> Membros do comitê de redação: Wesley ARIARAJ, Tannous BASSIL, Elisabeth BOURGUINAT, Edith SIZOO.

<sup>3</sup> Pierre CALAME, CHAN Ngai Weng, Carmelina CARRACILLO, Hamidou Aboucabry DIALLO, Hamilton FARIA, Eulalia FLOR, Philippe GUIRLET, Stephane HESSEL, André LEVESQUE, Edgar MORIN, Raimundo PANIKKAR, Makarand PARANJAPE, Konrad RAISER, Cécile SABOURIN, John TAYLOR, Gerald WANJOHI, YU Shuo, ZHAO Yifeng.

número de ramos e de troncos, correspondendo à tradução dos princípios dirigentes nos diversos contextos culturais e nos diversos setores da atividade humana.

### **As principais características da Carta**

As principais características da Carta são as seguintes :

- É uma Carta das responsabilidades da humanidade diante dos desafios do século 21.
- Não se trata de um documento circunstancial que corresponde a preocupações a curto prazo ou a uma atividade humana em particular. Ao contrário, a Carta proõe princípios gerais comuns a todos aqueles que os adotam.
- A Carta deve servir de base para um novo pacto social, definindo regras para cada meio social e profissional no que diz respeito a suas relações com a sociedade. Ela pretende ser um quadro de referência para os comportamentos pessoais mas também para a vida política, institucional e jurídica.
- Os princípios gerais que ela enuncia devem ser traduzidos segundo contextos diversos e aplicados progressivamente nos diferentes setores da atividade humana, constituindo-se enquanto quadro de referência de diferentes meios (as próprias pessoas, as comunidades, os meios socioprofissionais, os governos, as empresas etc...).

### **Será a “ responsabilidade ” um conceito universal ?**

Sim e não. Encontra-se a noção de responsabilidade, enquanto conceito ético, em todos os grupos humanos, porém assumida sob formas diferentes. Em certas sociedades, a responsabilidade é atribuída pelo grupo a uma pessoa dada, ao invés de ser assumida por um ou outro de seus membros segundo sua própria iniciativa. Nessas condições, na prática, cada um é tido por responsável de seus atos de forma diferente. Estas diferenças culturais são ainda mais marcadas quando se trata de dar um conteúdo legal à idéia de responsabilidade.

A crise que a humanidade enfrenta hoje impõe que se ultrapasse essas diferenças. Assim como as nações do mundo aceitaram a idéia de « Direitos Humanos », tornou-se agora necessário introduzir a noção de “ Responsabilidades Humanas ”. Aliás, uma cooperação e uma governança mundiais não são concebíveis sem um certo número de idéias que, de onde quer que venham, possam ser consideradas como benéficas ao conjunto da humanidade.

## **A responsabilidade com respeito à vida em si**

A amplidão das crises sociais e ambientais de nosso tempo salienta aquilo que está em questão hoje: o dom da vida em si. A vida não é criada pelos seres humanos. Eles fazem parte dela : a vida é o mistério que liga tudo aquilo que vive, que se perpetua na natureza, no seio da humanidade e nas suas relações. Apesar de sua diversidade, a humanidade tem a responsabilidade conjunta de preservar o direito à vida em si. É por isso que uma Carta baseada nesta tomada de consciência é « universal » no sentido estrito do termo, na medida em que diz respeito a tudo que existe, o visível como o invisível. Ela engloba algo que vai além das capacidades humanas de compreensão e de gestão: algo pelo qual a humanidade como um todo é responsável.

Desta responsabilidade fundamental decorre a necessidade de criar e preservar um lugar para os outros povos e as outras formas de vida. Esse lugar e essa responsabilidade são compartilhados de formas variadas de um contexto para o outro porém, em todos os lugares, a preservação do lugar do outro e das outras formas de vida constituem uma parte integrante da vida em si.

É esta forma de ver que inspirou a proposta abaixo de Carta das Responsabilidades humanas.

## Carta das Responsabilidades humanas

### **Seis "teses" formam a base da Carta**

1. Perante uma situação radicalmente nova para a humanidade, é necessária uma terceira base, comum a todas as sociedades e a todos os meios, enquanto complemento das duas bases existentes sobre as quais está assentada a vida internacional : A Declaração universal dos Direitos humanos e a Carta das Nações Unidas.
2. Os mesmos princípios éticos podem ser aplicados a nível pessoal e coletivo. Podem, ao mesmo tempo, guiar as condutas individuais e fundamentar o direito.
3. A noção de responsabilidade, indissociável de qualquer interação humana, constitui um princípio universal. Ela é a base ética comum da Carta das Responsabilidades humanas.
4. Dados o impacto das atividades humanas e da interdependência entre as sociedades, é necessária uma definição larga da responsabilidade. Ela comporta três dimensões : assumir as consequências diretas e indiretas de nossos atos ; unir-se para sair da impotência ; reconhecer que nossa responsabilidade é proporcional ao saber e ao poder de cada um.
5. A Carta das Responsabilidades humanas não impõe preceitos ; ela propõe prioridades e convida a fazer escolhas.
6. Tendo por base a Carta das Responsabilidades humanas, comum a todos, cada meio social e profissional está convidado a elaborar as regras de sua própria responsabilidade. Essas regras formam a base do contrato que o liga ao resto da sociedade.

### **Preâmbulo**

Nunca antes, seres humanos tiveram um impacto tão profundo na vida social, política, econômica e cultural uns dos outros. Nunca antes adquiriram tanto conhecimento e poder para modificar seu ambiente natural.

A despeito das imensas possibilidades abertas por essas inter-relações cada vez mais numerosas, apesar do novo poder que a humanidade adquiriu, crises sem precedentes surgem em diversos setores.

O aumento das disparidades econômicas no interior das nações e entre elas, a concentração do poder econômico e político por um número de pessoas cada vez menor, as ameaças contra a diversidade das culturas, ou ainda a super-exploração dos recursos naturais, criam perturbações e conflitos no mundo todo e provocam grandes preocupações quanto ao futuro de nosso planeta : encontramos-nos numa encruzilhada da história humana.

Quanto às instituições que deviam permitir que esses desafios sejam enfrentados, elas funcionam de forma mais ou menos eficaz. O poder invasor dos mercados internacionais, enfraqueceu o papel tradicional dos Estados. *As instituições científicas*, que perseguem interesses estreitos ligados a suas especialidades, desligam-se cada vez mais da análise e da tomada de consciência dos problemas globais —e de suas interações— que a humanidade enfrenta. *As instituições econômicas internacionais* não conseguiram inverter o curso do aumento das desigualdades. A procura do lucro pelas empresas ocorre com frequência em detrimento dos interesses sociais e ambientais. *As instituições religiosas* não cumpriram seu papel de forma satisfatória na hora de trazer respostas aos novos desafios que as sociedades enfrentam.

Neste contexto, cabe a cada um de nós assumir suas responsabilidades tanto no plano individual quanto no plano coletivo.

A Carta que apresentamos define a natureza dessas responsabilidades e a maneira de exercê-las. Ela constitui um novo passo para a construção de uma governança mundial democrática, baseada em responsabilidades humanas e num quadro jurídico no âmbito do qual essas responsabilidades serão exercidas.

### **Natureza das responsabilidades**

A crescente interdependência entre os indivíduos, entre as sociedades e entre os seres humanos e a natureza, reforça os efeitos do comportamento dos indivíduos e dos grupos humanos sobre seu meio social e natural, seja ele próximo ou longínquo.

Essa situação oferece, a cada um de nós, novas possibilidades de atuação nos novos desafios que a humanidade enfrenta : todo ser humano possui a *capacidade* de assumir suas responsabilidades. Mesmo quando as pessoas se sentem impotentes, elas conservam a possibilidade de aliar-se a outras para criar uma força coletiva.

Se todos os seres humanos podem, igualmente, reivindicar seus direitos humanos, suas responsabilidades são *proporcionais* às possibilidades de que dispõem. Quanto mais alguém dispõe de liberdade, acesso à informação, saber, riqueza e poder, mais terá a capacidade de exercer responsabilidades e a obrigação de responder pelos seus atos.

As responsabilidades aplicam-se não somente às ações *presentes e futuras*, como também às ações *passadas*. Os danos passados, causados de forma coletiva, devem ser assumidos moralmente pela coletividade envolvida, e consertados concretamente na medida do possível.

Na medida em que só conhecemos parcialmente as consequências de nossos atos no imediato e no futuro, nossa responsabilidade exige que ajamos com uma grande *humildade*, e que usemos de *precaução*.

### **Exercício das responsabilidades**

No decorrer da história humana, as tradições de sabedoria, religiosas ou não, nos ensinaram valores para guiar o comportamento humano em direção a uma atitude responsável ; para isso, baseavam-se na idéia, ainda atual, que a transformação da sociedade é impossível sem a transformação do indivíduo.

Esses valores compreendem o respeito de toda forma de vida e o direito à uma vida digna, a preferência pelo diálogo e não pela violência, a compaixão e a atenção aos outros, a solidariedade e a hospitalidade, a veracidade e a sinceridade, a paz e a harmonia, a justiça e a equidade, a preferência pelo bem comum e não pelo interesse particular.

No entanto, pode ocorrer que esses valores devam ser equilibrados uns em relação aos outros, quando um indivíduo ou uma sociedade são confrontados a dilemas tais como a necessidade de favorecer o desenvolvimento econômico, sem deixar de zelar pelo meio ambiente e respeitar os direitos humanos.

Nestes casos, a responsabilidade humana implica que nenhum desses imperativos seja sacrificado em prol de outros. Com efeito, seria vão acreditar que os problemas de injustiça econômica, de não respeito dos direitos humanos e do meio ambiente, possam ser resolvidos de forma durável, desvinculados uns dos outros. Todos os povos devem tomar consciência dessa interdependência. Mesmo se as prioridades podem variar segundo sua própria história e seu contexto atual, não se pode usar essas prioridades como pretexto para a indiferença aos outros desafios.

É nesse espírito que foram elaborados os seguintes princípios.

## **PRINCIPIOS**

para guiar o exercício das responsabilidades humanas

**Temos a responsabilidade de dar vida aos Direitos Humanos em nossos modos de pensamento e em nossa ações.**

- Para responder aos desafios atuais e futuros, é tão importante unir-se na ação quanto valorizar a diversidade cultural.
- A dignidade de cada pessoa implica que ela contribua à liberdade e à dignidade dos outros.
- Uma paz durável não pode estabelecer-se sem uma justiça que respeite a dignidade e os direitos humanos.
- Para assegurar o desenvolvimento do ser humano, deve-se responder às suas aspirações imateriais tanto quanto às suas necessidades materiais.
- O exercício do poder só é legítimo quando serve o bem comum e quando é controlado por aqueles sobre os quais esse poder é exercido.
- O consumo dos recursos naturais para responder às necessidades humanas deve estar integrado num procedimento mais amplo de proteção ativa e de administração prudente do meio ambiente.
- A busca da prosperidade não pode ser desvinculada de uma partilha justa das riquezas.
- A liberdade da pesquisa científica implica em aceitar a limitação através de critérios éticos.
- Os saberes e as práticas só adquirem todo seu sentido quando são compartilhados e usados em prol da solidariedade, da justiça e da cultura da paz.
- Nas decisões relativas às prioridades a curto prazo, é necessário tomar a precaução de avaliar as consequências a longo prazo, com seus riscos e suas incertezas.